



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão Parlamentar de Inquérito destinada para investigar indícios de aplicação incorreta dos recursos e de manipulação na gestão de fundos de previdência complementar de funcionários de empresas estatais e servidores públicos, ocorridas entre 2003 e 2015 e que causaram prejuízos vultosos aos seus participantes.

REQUERIMENTO N.º , DE 2015

(Do Senhor Marcus Pestana)

Requer seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de CONVOCAÇÃO do Ex-Presidente da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – Previ, Sr. Ricardo Flores, para prestar depoimento.

Senhor Presidente,

Nos termos das disposições constitucionais (§ 3.º do art. 58 da CF/88), legais (art. 2.º da Lei 1.579/52) e regimentais (arts. 35 a 37 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados), requeremos seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido, ora formulado, de CONVOCAÇÃO do Ex-Presidente da Caixa



CÂMARA DOS DEPUTADOS

de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – Previ, Sr. Ricardo Flores, para prestar depoimento.

JUSTIFICATIVA

A Revista Época publicou em 15/12/2012, reportagem intitulada “**A Casa cai: MP investiga Ricardo Flores**”.

“O Ministério Público Federal abriu um inquérito para investigar o pagamento de uma casa feito pelo ex-presidente da Previ Ricardo Flores. Ele foi acusado de quitar em espécie uma parcela de R\$ 190 mil.

Instado a explicar a origem desse dinheiro, Flores disse que o obtivera em empréstimo tomado junto ao restaurateur Jorge Ferreira, amigo do ex-presidente Luíz Inácio Lula da Silva.

Em ofício enviado ao presidente do Banco do Brasil, Aldemir Bendini, a procuradoria requereu cópia do processo administrativo aberto pelo BB para apurar o episódio, tornado público em meio a uma disputa por poder entre Flores e Bendini. Flores diz que o processo administrativo concluiu pela lisura da compra e foi aprovado por unanimidade no conselho da Previ.”

Naquela ocasião, o Conselho Diretor do Banco do Brasil pedira a sua saída por “grave infração de natureza ética e quebra de confiança.” O órgão fez referência a uma reportagem revelada pela Folha segundo a qual o executivo comprara um imóvel em Brasília usando dinheiro vivo para pagar parte da residência.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

O caso passou a ser investigado pelo Ministério Público, mas foi arquivado em uma investigação interna da Previ antes de sua renúncia ser efetivada.

Nesse sentido, a sua presença na CPI é de fundamental importância para o bom deslinde das investigações.

Sala das Sessões, em de setembro de 2015.

Deputado Marcus Pestana
PSDB/MG

Título: Dilma acerta saída de Flores da Previ

Autor: Romero, Cristiano

Fonte: Valor Econômico, 25/05/2012, Política, p. A12

A saída de Ricardo Flores da presidência da Previ, o fundo de pensão dos funcionários do Banco do Brasil (BB), foi decidida pela presidente Dilma Rousseff há cerca de 20 dias. Ela chegou a dar prazo ao ministro da Fazenda, Guido Mantega, para demitir Flores. Na quarta-feira, Mantega começou a tomar providência ao convidar um dos vice-presidentes do BB - Dan Conrado - para assumir a presidência da Previ, o mundo de pensão da América Latina. Conrado aceitou e deve tomar posse no dia 4 de junho.

A presidente já planejava substituir Flores há mais de dois meses, mas perdeu definitivamente a paciência quando foi informada de que líderes da base aliada do governo no Congresso ameaçavam bloquear votações de projetos de interesse do Palácio do Planalto, caso o presidente da Previ fosse demitido. Irritada com a chantagem, Dilma fez o oposto



CÂMARA DOS DEPUTADOS

do que queriam os que a pressionavam - ordenou urgência ao ministro da Fazenda, a quem o Banco do Brasil e a Previ estão subordinados, para trocar Ricardo Flores.

A demissão, antecipada ontem pelo Valor Online, deve ser oficializada durante reunião hoje, no Rio de Janeiro, do Conselho Deliberativo da Previ. O fato só não se consuma nesta sexta-feira se o Banco do Brasil determinar o adiamento da reunião para a próxima semana, o que ontem era tido como improvável em Brasília.

Nos últimos dias, Flores vinha tentando negociar uma saída honrosa do cargo. Em vez de ser demitido, ele renunciaria ao posto. O problema é que o Conselho abriu há menos de dois meses processo administrativo para investigar operação de compra de um imóvel feita por Flores.

O presidente da Previ teria usado R\$ 190 mil, em espécie, para adquirir, em 2010, uma casa num bairro nobre da capital federal. Usar dinheiro vivo em transações comerciais não é ilegal, desde que o volume em espécie conste da declaração do Imposto de Renda. Em entrevista à Folha de S. Paulo, Flores declarou que obteve os recursos por meio de empréstimo junto ao empresário Jorge Ferreira, dono de restaurantes em Brasília. Consultado, Ferreira negou a transação.

Diante do desmentido de Ferreira, Flores decidiu apresentar uma declaração de IR retificadora, retroativa a 2010, registrando o patrimônio que supostamente possuía em espécie. Para tanto, alegou que havia esquecido de colocar a informação na declaração.

A pedido do Conselho Deliberativo da Previ, a diretoria jurídica do BB elaborou um parecer sobre o caso. O documento, segundo apurou o Valor, condena Flores. Submetido ao Conselho Diretor do BB no dia 2 de maio, o parecer foi aprovado por unanimidade.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Flores passou, então, a negociar a sua absolvição junto à Previ. Ele chegou a pedir para redigir o documento do Conselho Diretor, que será conhecido hoje, com o intuito de assegurar seu perdão. O pedido foi rejeitado. A presidente Dilma não quer mais saber de adiamentos.

O parecer do BB só prevê duas possibilidades: a renúncia de Flores ou a sua exoneração. Se ele renunciar, o processo administrativo aberto pelo Conselho fica extinto. Se não renunciar, será exonerado. Flores concorda em renunciar, mas quer fazer isso depois de ser absolvido. É uma forma de limpar seu nome.

O problema é que o presidente da Previ enfrenta uma outra dificuldade. A compra do imóvel, considerada suspeita pelo Conselho Diretor da Previ e pelo Banco do Brasil, levou o Ministério Público Federal (MP) a abrir um inquérito sobre o caso. Flores já teria sido, inclusive, notificado pelo MP.

Flores assumiu a Previ em maio de 2010, indicado para o cargo pelo presidente do BB, Aldemir Bendine. Ao formalizar o convite, o ministro Guido Mantega avisou que ele teria que abrir mão da presidência do Conselho de Administração da Vale. A ideia era nomear um "chairman" e, por isso, o ministro aventou a possibilidade, na conversa com Flores, de apontar Bendine.

Desde então, Flores iniciou uma verdadeira guerra de bastidores contra Bendine, atribuindo ao presidente do BB a manobra para tirá-lo do Conselho da Vale. Em fevereiro, as desavenças se tornaram públicas e a presidente Dilma decidiu, primeiro, afastar o vice-presidente de governo do BB, Ricardo Oliveira, envolvido na polêmica, e agora Ricardo Flores.

Para se manter no cargo, Flores amealhou apoios de políticos poderosos, como o vice-presidente da República, Michel Temer, o presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), o senador Renan Calheiros (PMDB-AL) e o governador de



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Pernambuco, Eduardo Campos (PSB). Nas últimas semanas, conquistou simpatias no PT, mas nada foi suficiente para demover a decisão de Dilma de substituí-lo.

Flores tenta, neste momento, ganhar um cargo de consolação - uma de suas ambições é assumir a presidência da Invepar, empresa de participações acionárias em projetos de infraestrutura, cujos principais sócios são a Previ e a construtora OAS.

O futuro presidente da Previ será o advogado Dan Antônio Marinho Conrado, o vice-presidente mais novo do BB. Conrado é considerado um dos maiores conhecedores das operações do Banco no Brasil. Dos atuais vice-presidentes do banco, é o que mais acumula passagens por outras regiões do país. Foi superintendente em cinco Estados - Paraíba, Mato Grosso, Rondônia, Mato Grosso do Sul e Santa Catarina. Antes de assumir a vice-presidência, foi ainda diretor de distribuição do BB em São Paulo e superintendente de governo pelas regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste. Sua passagem por São Paulo, entre 2008 e 2011, foi elogiada principalmente por sua atuação na operação em que o BB adquiriu a Nossa Caixa. (Colaborou Edna Simão, de Brasília)

<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/471695/noticia.htm?sequence=1>